

Espaço, tempo e movimento: contribuições de Manuel Correia de Andrade para a Geografia da Comunicação¹

José Marques de Melo

Cenário global

Harold Innis (1894-1952), o economista e geógrafo reconhecido como fundador da Escola de Toronto, motivou a inclusão da geografia no conjunto dos saberes fundamentais para a cognição dos mecanismos de interação simbólica que acionam o cotidiano.

Até então, os processos de comunicação eram analisados como atos comportamentais, descritos segundo parâmetros psicológicos, sociológicos e antropológicos. Em sendo manifestações típicas da *superestrutura* obedeciam a regras políticas, jurídicas e deontológicas.

Innis inverteu a equação, compreendendo-os como fenômenos situados na *infra-estrutura* das formações sociais, argumentando que se trata de agentes do *movimento*, intervenientes na produção, circulação e consumo de bens e mercadorias. Justamente porque aceleram o *tempo* e encurtam o *espaço* deixam de ser variáveis dependentes para assumir o papel de fatores determinantes.

Nesse sentido, “a comunicação leva com o tempo à monopolização por um grupo ou classe dos meios de produção e distribuição do conhecimento”, produzindo “um desequilíbrio que ou impede mudanças ou leva à emergência competitiva de outras formas de comunicação que tendem a restaurar o equilíbrio” (McQuail, 2003: 89).

O conceito de comunicação aqui empregado tem natureza abrangente, tal como foi aplicado por Erik Barnow e seus colaboradores na configuração da *International Encyclopedia of Communications*, 4 vols., New York, Oxford University Press, 1989.

“Nós incluímos em comunicações todos os meios através dos quais a informação, as idéias e as atitudes chegam aos indivíduos, grupos, nações e gerações.” Georges Gerbner, um dos principais consultores do projeto, explica que as palavras-chave abrigaram três dimensões do processo comunicacional: 1. Sistemas e organizações; 2. Modalidades, meios e códigos; 3. Simbolismo e efeitos (Gerbner, 1989: XXI).

O pioneiro canadense oxigenou e ampliou os estudos sobre o desenvolvimento dos atos comunicacionais, dialogando com a história, geografia e economia (Innis, 1950).

Por isso mesmo, seu mérito continua a ser reconhecido pelas novas gerações, como fica evidente no artigo assinado por Gary D. Rawnsley, diretor do Instituto de Estudos de Comunicação na Universidade de Leeds (Inglaterra), resenhando a 4ª. edição de sua obra clássica, lançada pela editora Rowman & Littlefield (Maryland, 2007).

Mais de 50 anos de reflexão permitem afirmar consensualmente que Harold Innis desempenhou papel crucial no desenvolvimento dos estudos comunicacionais... (...) O principal legado de “*Empire and Communication*” está em sua compreensão orgânica. (...) Innis explora as interações do poder institucionalizado, analisando detalhadamente como os meios de comunicação influíram na ascensão e queda não apenas de impérios, mas até mesmo de civilizações. (...) O leitor fecha o livro supondo o que ele pensaria a respeito da descolonização que encerrou a idade de ouro dos impérios europeus (...) [ou como] discutiria a moderna idade média, com a internet (...) tornando obsoletas as noções de tempo e espaço (Rawnsley, 2009).

Valendo-se exatamente desse referencial teórico, o discípulo Marshall McLuhan intuiu a metáfora da *aldeia global* (McLuhan e Powers, 1989), inspirando os exegetas da *globalização* a travar instigante discussão em todo o planeta.

A esse debate compareceram eminentes geógrafos, questionando se a natureza dos processos vigentes favorecia a uniformização ou a fragmentação dos espaços geopolíticos. Seus pontos de vista foram reunidos pelos *scholars* britânicos Anderson, Brook e Cochrane, numa espécie de mosaico geográfico sobre o mundo globalizado (1995). Embora não se opondo frontalmente ao ideário do “pensamento único”, os geógrafos ingleses lançam questões fundamentais para revisar os postulados do neoliberalismo. Contrapondo-se aos seguidores de Fukuyama, eles rechaçam ironicamente o “fim da geografia”. Convocam seus pares para o exercício da “imaginação geográfica” no sentido de resistir à homogeneização cultural, fortalecendo as alternativas simultaneamente locais e globais, para ensejar “relações globais” alicerçadas na “diversidade e na diferença”.

Esta e outras manifestações da comunidade acadêmica certamente influíram no ânimo dos estadistas que atenderam ao alerta do ícone alemão Willy Brandt para

formar a emblemática Comissão de Governança Global, responsável pelo lançamento do livro-manifesto *Our Global Neighborhood* (1995). Trata-se do ideário de uma “outra globalização”, não cimentada pelos escombros do *Estado-nação*, mas nutrida pela ação solidária da *sociedade civil*. Contando com a participação de cinco estadistas latino-americanos – o brasileiro Fernando Henrique Cardoso, o chileno Patricio Alwin, o mexicano Manuel Camacho Solis, o venezuelano Reinaldo Figueiredo e o uruguaio Enrique Iglesias – esse grupo fez uma conclamação à paz e ao desarmamento. Para dar fim ao mundo estigmatizado pelos troféus de “vencedores e derrotados” e acenando com a bandeira do “desenvolvimento sustentável”, hasteada no território firme da “boa vizinhança” e bafejado pelos ventos da “diversidade” (Carlson, Ingvar e Ramphal, Skridath, eds., 1995).

Tendo a cidade de San José, Costa Rica, sediado uma das reuniões desse fórum, é possível que ele seja interpretado como uma espécie de *nouvelle vague* da histórica Comissão MacBride, que ali se reuniu previamente, figurando com destaque na agenda internacional, durante os estertores da “guerra fria”.

Refiro-me naturalmente ao programa “um só mundo e múltiplas vozes”, alardeado pelos arautos da Nova Ordem Mundial da Comunicação e da Informação - NOMIC. Sob a liderança de Sean MacBride, eles fomentaram a esperança de reduzir as desigualdades econômicas entre os países, criando mecanismos informativos capazes de instaurar fluxos bilaterais norte-sul, mas fatalmente seriam atropelados pelos acontecimentos posteriores à “queda do muro de Berlim”.

Esse episódio histórico teve seus antecedentes geopolíticos e os respectivos desdobramentos geoculturais criticamente inventariados nos estudos de Pasquali (1991), Mattelart (1994), Downing (1996), Castels (2003) e Nosty (2005). Naquelas propostas da NOMIC estão embutidos os sinais de uma alentada Geografia Mundial da Comunicação, que a UNESCO divulgou sob a forma de livro, traduzido para diversos idiomas (McBride, 1983).

Aliás, ao apresentar as ideias fundamentais de Marshall McLuhan à comunidade acadêmica brasileira, Anísio Teixeira o identifica “como um dos mais autorizados videntes da nova era”. Naturalmente, a complexidade dessa “nova era tribal da aldeia mundial” não escapou à compreensão crítica do educador baiano. Estava implícito o reconhecimento do “estado de alerta” evidente no comportamento das vanguardas contemporâneas, “em contraste com os nossos antepassados espontaneístas e semiconscientes” (Teixeira, 1972).

Panorama nacional

Isso explica a defasagem que marcou o agendamento da questão no âmbito nacional. Ela só foi reconhecida institucionalmente em 1991, durante o congresso “O Novo Mapa do Mundo”, promovido pelo Departamento de Geografia da

Universidade de São Paulo, sob a liderança dos geógrafos Milton Santos e Maria Adélia de Souza.

Ocupando, naquela conjuntura, a direção da principal unidade universitária de comunicação do país (ECA-USP), sede da associação latino-americana de ciências da comunicação (ALAIIC), fui por eles convidado a participar dos debates. Apresentei um estudo sobre a presença do Brasil no mapa audiovisual latino-americano (Scarlatto, Santos e Sousa, 1993).

Contudo, existem vestígios de incursões bem anteriores nesse território-fronteira, configurando uma espécie de geografia precoce da comunicação brasileira. Seus agentes são os intelectuais Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda e Fernando de Azevedo, que pertenceram ao quadro de pioneiros da Universidade de São Paulo (Marques de Melo, 2007).

Caio Prado Jr., também fundador da Associação dos Geógrafos do Brasil, publicou artigos em jornais e revistas da época sobre o “fator geográfico” na formação de São Paulo (Bacelar e Iumati, 2007). Mais tarde, suas anotações serviriam de base para a elaboração do livro de divulgação da geografia e história da cidade de São Paulo, lançado em 1983. Nele, o autor destaca a “situação geográfica privilegiada” que a cidade de São Paulo ocupou no processo de colonização “por ser o centro do sistema hidrográfico da região”, tornando-se “o centro do sistema de comunicação do planalto”.

O outrora geógrafo paulista deduziu que “o contato entre as diferentes regiões povoadas e colonizadas se faz necessariamente pela capital”, onde desemboca a “antiga trilha dos índios, transformada em principal artéria da capitania”. Essa e outras trilhas foram responsáveis pela “projeção exterior” de São Paulo, determinando sua influência na “vida econômica” e na “paisagem” da região em que está localizada, o que “abrange não somente o Estado de que é capital, mas invade Estados vizinhos” (Prado Jr., 1983: 27-28 e 80-81).

Referindo-se às “veredas” utilizadas pelos “paulistas”, para transpor “as matas espessas ou as montanhas aprumadas”, dilatando as “fronteiras” do império luso-brasileiro, Sérgio Buarque de Holanda diz que elas constituíram uma espécie de “cartografia indígena” dotada de grande “poder de abstração, que não se concilia facilmente com certas generalizações (...) acerca da mentalidade primitiva”. Se “entre os povos que ignoravam a palavra escrita, esses meios de comunicação” representavam “um admirável instrumento para triunfar sobre as condições mais poderosas e hostis”, é natural que os bandeirantes recorressem freqüentemente à “comunicação indireta a fim de transmitir advertências e notícias, sempre que uma necessidade urgente se apresenta”. Dentre as evidências anotadas pelos historiadores encontra-se o “processo de sinalização por meio e fogueiras e rolos de fumaça, usado até hoje pelas nossas populações rurais” (Holanda, 1957: 22-23).

Recai sobre Fernando de Azevedo o mérito de haver explorado mais detidamente as variáveis comunicacionais na idade moderna, estabelecendo nexos entre

as “vias de comunicação” e a “civilização de movimento”. O capítulo introdutório do seu livro sobre a estratégica linha ferroviária Noroeste contém verdadeira plataforma para uma ousada Geografia da Comunicação, correlacionando os meios de transportes de mercadorias e os canais de difusão das ideias na sociedade brasileira.

Não são, pois, somente as mercadorias, os artigos de comércio, os produtos, mas a língua, a cultura, as ideias e os costumes que circulam ao longo dos caminhos. (...) Todos os que habitam ao longo e na vizinhança dos caminhos, ficam diretamente sob a influência dos focos de irradiação de cultura, e tendem a transformar-se sob a pressão, mais ou menos intensa, dos elementos de cultura, material e espiritual que o comércio, as migrações e as viagens põem com frequência ou constantemente, em circulação (Azevedo, 1950: 15).

As contribuições de Prado Jr., Buarque de Holanda e Azevedo constituem evidências do papel que a universidade pública representaria para o avanço do conhecimento científico em todas as áreas do saber. Nessa mesma conjuntura, circulou uma obra que contém referências preciosas a respeito dos estudos geográficos focalizando os fenômenos comunicacionais. Trata-se da bibliografia comentada *O que se deve ler para conhecer o Brasil* (1945), elaborada por Nelson Werneck Sodré, oferecendo pistas fundamentais. No capítulo sobre “expansão geográfica”, o autor justifica a predominância dos “caminhos marítimos” nos primeiros séculos da nossa colonização, bem como a emergência dos “caminhos terrestres”, em função das demandas econômicas. Recomenda como fontes essenciais para entender a geografia dos transportes, nesse período, os livros de Capistrano de Abreu – *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* (1930) – e de Sérgio Buarque de Holanda – *Monções* (1941).

Por sua vez, em edição posterior, no capítulo sobre “Estudos geográficos”, ele seleciona as principais instituições geradoras de conhecimento nessa área, entre elas o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), destacando o livro de Moacir Silva – *Geografia dos Transportes do Brasil* (1949) –, onde o leitor pode encontrar dados sobre o “desenvolvimento histórico” dos nossos transportes, incluindo “apreciação sobre os planos nacionais de viação” (Sodré, 1974: 257).

Não obstante o IBGE venha fazendo a coleta regular de dados sobre a geografia das comunicações em todo o país, nem sempre eles despertam interesse nos pesquisadores acadêmicos. Uma das poucas e excelentes exceções advém de uma parceria franco-brasileira, reunindo o geógrafo francês Hervé Théry e a ambientalista brasileira Neli Aparecida de Mello, autores do denso e bem ilustrado *Atlas do Brasil – dificuldades e dinâmicas do território* (2005). Eles analisam os fenômenos do movimento (bens, mercadorias, pessoas, cultura e informação) nos capítulos sobre as dinâmicas populacionais (migrações) e urbanas (atrações culturais) e sobre as redes de transportes, energia e informação.

Essa questão das migrações figura na literatura comunicacional desde que publiquei meu livro *Estudos de jornalismo comparado* (1972), tanto no que se refere à atuação persuasiva dos migrantes quanto no que diz respeito à influência migratória exercida pelos meios de comunicação.

Destaco, ali, as contribuições do sociólogo Gilberto Freyre e do geógrafo Jean Roche. O primeiro desenvolveu uma série de estudos sobre a Geografia da Comunicação do Brasil, focalizando a difusão cultural de novas ideias transportadas na bagagem dos colonizadores, cooperantes ou dos imigrantes portugueses (1940, 1958), franceses (1940), ingleses (1942, 1948), alemães (1971) e hispanos (1975). O segundo ampliou o conhecimento sobre a geografia teuto-brasileira, aprofundando o estudo da colonização gaúcha (1969).

Mas a principal incursão nesse território foi inspirada pelo professor Luiz Beltrão, durante o período em que dirigiu a Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Ele promoveu um curso internacional de metodologia da pesquisa em comunicação, convidando para ministrá-lo o Professor Ramiro Samaniego, diretor do departamento de pesquisa do Departamento de Pesquisa do Centro Internacional de Estudos Superiores para a América Latina – CIESPAL. Como atividade integrada ao referido curso, o professor Samaniego realizou uma pesquisa de campo, contando com a ajuda, entre outros, de dois jovens assistentes de Luiz Beltrão, na UnB, o sociólogo José Seixas Patriani e a jornalista Eleonora Rennó. O objeto da pesquisa foi o papel desempenhado pela mídia nos processos de decisão dos migrantes que acorreram a Brasília na etapa inicial da sua construção. Na verdade, o projeto deu continuidade a um estudo patrocinado, em 1966, pelo Land Tenure Center da Universidade de Wisconsin, sob a direção dos sociólogos Eugene Wilkening e José Pastore, contendo indícios de que os processos de comunicação influíam na decisão migratória dos “candangos” rumo à capital federal. Os resultados da pesquisa de Samaniego e seus alunos confirmaram os dados do estudo anterior, denotando uma faceta singular: ainda que os migrantes brasilienses tenham se informado através da mídia sobre as oportunidades de trabalho em Brasília, o ato de migrar foi motivado por comunicações interpessoais (cartas, conversas, conselhos). Assim sendo, a mídia desperta a atenção dos migrantes potenciais, mas a decisão de mudar de residência foi determinada pelo aval recebido de familiares ou amigos já fixados no Planalto Central (Samaniego, 1967: 49-50).

Decorreram duas décadas até que o binômio espaço-comunicação suscitasse o interesse da comunidade acadêmica das ciências da comunicação. A iniciativa coube à Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, que, desde sua fundação, em 1977, vem chamando a atenção dos seus associados para essa temática, especialmente nos congressos sobre classes subalternas (Marques de Melo, 1979), contra-informação (Lins da Silva, 1981), novas tecnologias (Fadul, 1983), comunicação rural (Kunsh e Majela, 1989), globalização e regionalização (Bolaño, 1995). Contudo, a dimensão político-econômica assumiu maior evidência nos de-

bates travados pela Intercom sobre o espaço social, ficando esmaecidas as nuances geográficas (Barbosa, 2007).

Elas vão encontrar ambiente fértil, a partir de 1996, na Cátedra Unesco de Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, onde a centralidade da questão regional suscita o interesse pelas variáveis geográficas. Ela está explícita no seminário fundador da Cátedra, cuja memória foi resgatada através da coletânea *Identidades culturais latino-americanas em tempo de comunicação global* (Marques de Melo, 1996). O ambiente fértil encontrado no âmbito da comunidade acadêmica de comunicação reflete-se na temática das monografias produzidas pelos participantes do evento internacional que se consolidaria posteriormente, simbolizado pela sigla Regiocom – Colóquios Internacionais de Comunicação para o Desenvolvimento. Sua primeira edição está documentada no *Anuário Unesco/Umesp de Comunicação Regional* (1997), focalizando a região enquanto pólo comunicacional no interior dos espaços nacionais.

O interesse criado pela questão determinou a realização de um simpósio internacional, que foi acolhido pela International Association for Mass Communication Research (IAMCR), privilegiando o desempenho da comunicação regional no espaço global, a partir de uma variável estratégica: “diversidade cultural”. A convocatória lançada à nossa comunidade mobilizou pesquisadores situados em diferentes lugares do planeta, produzindo uma convergência em torno dos regionalismos evidentes nas identidades geolinguísticas (América Latina) ou das interculturalidades que se fazem notar, apesar da descontinuidade geofísica, nas respectivas agendas midiáticas (Comunidade Europeia). Tais contribuições foram reunidas no *Anuário Unesco/Umesp de Comunicação Regional – 1998*.

Duas contribuições singulares floresceram no próprio Grupo de São Bernardo. Anamaria Fadul explorou empiricamente as “convergências” midiáticas dos sistemas radiofônicos na era digital (Fadul, 2007) e José Marques de Melo avançou metodologicamente na produção de um “conceito” midiático de região, demonstrado através de casos escolhidos na recente bibliografia brasileira de comunicação (Marques de Melo, 2006).

Mas só em 2008 ocorre a institucionalização da interdisciplina, com a criação do Grupo de Pesquisa dedicado à Geografia da Comunicação. A Intercom atestou formalmente a importância adquirida pela geografia no âmbito brasileiro das ciências da comunicação. Sob a liderança de Sonia Virginia Moreira, o novo espaço dá continuidade às ações históricas da nossa comunidade acadêmica, fomentando o diálogo entre geógrafos e comunicólogos (Moreira, 2007).

Pensamento andradeano

Quando a Intercom agendou o seu primeiro congresso nacional na região Nordeste, em 1995, na cidade de Aracaju (SE), tendo como tema central “Glo-

balização e Regionalização das Comunicações” foi natural a escolha de Manuel Correia de Andrade para fazer uma das conferências principais. Ungido como um dos principais geógrafos brasileiros, herdeiro das utopias acalentadas por dois outros companheiros de geração (Josué de Castro e Milton Santos), sua presença era indispensável, até mesmo em função da nordestinidade, altiva, efusiva e afetiva, que o distinguia intelectualmente.

Feito o convite, ele aceitou com entusiasmo, mas pouco depois escreveu ao professor Cesar Bolaño, coordenador do congresso, lamentando cancelar a participação. Antes de declinar o convite, o Professor me procurou para justificar sua atitude². Senti seu constrangimento, acostumado que era a respeitar compromissos. Ele me explicou que fora convocado antecipadamente para realizar uma missão no exterior, sem contudo haver sido notificado do período que deveria reservar em sua agenda. Havendo coincidência de datas, não havia alternativa, senão desculpar-se com os dirigentes da Intercom. Tranqüilizei-o, dizendo que todos entenderiam a situação, aliviando sua angústia. Argumentei que o programa do congresso não havia sido divulgado, portanto ninguém poderia estigmatizar sua ausência.

Quando a memória do congresso de Aracaju foi divulgada sob a forma de livro organizado por César Bolaño (1999), encontrei casualmente o Professor Manuel Correia, percebendo que o episódio deixara sequelas. Ele me disse que perdera a oportunidade de compartilhar suas ideias com intelectuais do porte de Octavio Ianni, Renato Ortiz, Márcio Wohlers e outros. Mas a verdade é que ele investira tempo e coletara dados para expressar seus pontos de vista sobre a globalização. Felizmente tais reflexões ensejaram debates em outros espaços, sendo reunidas no livro *Globalização e identidade nacional* (2002).

Se esta é a principal fonte para se entender o pensamento andradeano sobre os fenômenos da comunicação, ela representa a convergência de impressões, deduções e opiniões que ele foi acumulando em sua trajetória intelectual. Por isso mesmo, a tarefa de palmilhar essa fortuna crítica impõe retrospecto filigranesco por toda sua obra. Entretanto, a maior dificuldade do exegeta reside na pequena incidência dessas variáveis em sua narrativa geográfica, considerando sua linha de raciocínio. Em parte influenciado pelo marxismo, o que explica o privilégio atribuído aos fatores econômicos em sua obra, MCA dialoga criticamente com algumas correntes dessa escola de pensamento. É o que se mostra explícito na sua compreensão da “questão nordestina”, que alguns seguidores de Gramsci refugam, argumentando que se trata de uma “questão sociocultural que o capitalismo dissolve”. Seu ponto de vista é bem diverso: o “avanço” das relações capitalistas provoca transformações nas “exterioridades” da questão regional, agravando-a, em vez de eliminá-la (Andrade, 1993: 60).

De qualquer maneira, para melhor ordenar sua contribuição ao avanço dos estudos sobre a Geografia da Comunicação, torna-se necessário fazer uma distinção entre o divulgador consciente e o pensador coerente.

Divulgador consciente

Como outros intelectuais de sua geração, Manuel Correia de Andrade (1922-2007) encontrou na militância política exercida durante a juventude a motivação para atuar como divulgador cultural.

A análise retrospectiva da sua biografia oferece evidências da labuta em frentes simultâneas: científica (escrevendo livros, artigos e apresentando comunicações acadêmicas em congressos nacionais e internacionais, compartilhando com os pares os resultados das pesquisas realizadas); pedagógica (escrevendo textos esquemáticos, dando aulas, proferindo palestras); e popular (publicando artigos em linguagem simplificada, escrevendo livros destinados ao grande público e concedendo entrevistas à mídia para explicar o avanço do conhecimento, estabelecendo conexões com a realidade).

Para atuar nas duas primeiras frentes, focalizando os temas da sua predileção, MCA buscou formação específica, diplomando-se em geografia e história (1947) pela Universidade Católica de Pernambuco. O trabalho de popularização do saber é resultante da sua inserção no espaço buliçoso e desafiador da Faculdade de Direito do Recife, hoje integrada à Universidade Federal de Pernambuco. A comprovação dessas suas três faces aparece com nitidez nos depoimentos coletados no livro *Manuel Correia de Andrade, um homem chamado Nordeste* (Cavalcanti, Ribemboim e Rivas, orgs., 2008), publicado um ano depois de sua morte.

O divulgador pedagógico emerge logo no início da sua carreira, quando ocupa funções de professor do ensino médio nos tradicionais colégios recifenses: Vera Cruz, Padre Felix e Americano Batista. Dois relatos permitem identificar os traços peculiares dessa atuação, permanecendo indelével na memória de Roberto Mota e de Lucivânio Jatobá.

O antropólogo Roberto Mota lembra o seu desempenho como professor: “Conheci-o em 1955, no Colégio Padre Felix. Eu fazia o primeiro ano clássico e ele era meu professor de História Geral (...). O programa tratava de História Antiga e Dr. Manuel nunca esqueceu – e sempre me fazia elogios pelo que considerou generosamente como indício de argúcia – de uma pergunta que fiz” (Cavalcanti, Ribemboim e Rivas, orgs., 2008: 148).

O geógrafo Lucivânio Jatobá recorda o autor de livros didáticos. “Os livros de M. C. de Andrade faziam-me ver esses elementos paisagísticos não mais como um mero amontoado de coisas desconexas, mas como um cenário de uma grande peça (...) Após a leitura (...) passei a identificar as complexas relações entre a litologia da Serra de Pacas, a tectônica local e o fluxo das águas que acabavam por desembocar no leito do rio Tapacurá...” (Cavalcanti, Ribemboim e Rivas, orgs., 2008: 112/113).

Seu desempenho como divulgador científico pode ser mensurado pela vastidão da obra publicada: mais de 100 livros e aproximadamente 250 artigos em

periódicos do país e do exterior. Outro detalhe, anotado por José Lacerda Alves Felipe, diretor de inovação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Norte (FAPERN), é a amplitude e prontidão da sua competência cognitiva:

(...) o prof. Manuel não se eximiu de nenhum debate dos temas que marcaram o Brasil e o mundo nas últimas quatro décadas. Refletiu sobre o Brasil, a América Latina, o meio ambiente, a geopolítica, o imperialismo, a África. Foi crítico severo do quantitativismo na Geografia e soube se antecipar ao debate sobre a globalização e os seus reflexos em determinadas sociedades e suas economias (Cavalcanti, Ribemboim e Rivas, orgs., 2008: 67)

Clovis Cavalcanti, pesquisador *senior* da Fundação Joaquim Nabuco, não hesita em qualificá-lo como “um dos mais insignes intelectuais” brasileiros “de todos os tempos”, argumentando que sua obra mais importante constitui “a prova disso”. *A terra e o homem no Nordeste* (1963) “figurou na lista (...) dos cem livros mais importantes publicados no Brasil no século XX”. E arremata: “Que pernambucano vivo pode exibir tal galardão? Essa é uma riqueza que não se corrói, riqueza verdadeira, e não de papel ou resultante da reiteração de um valor frouxo pelos meios de comunicação” (Cavalcanti, Ribemboim e Rivas, orgs., 2008: 38)

Contudo, sua mais profícua atuação foi sem dúvida a difusão popular do saber científico que assimilou e formatou ao longo da sua vida na academia. Sua filha, a geógrafa Thais de Lourdes Correia de Andrade sugere que essa foi a sua ocupação predileta nos últimos anos de vida. Escrevendo, desde 1995, artigos semanais para a página nobre do *Jornal do Comércio*, ficava atento à circulação do diário “tal era a sua ansiedade em ver se o artigo que encaminhara havia sido publicado” (Cavalcanti, Ribemboim e Rivas, orgs., 2008: 152)

Foi exatamente essa atividade de educação supletiva que o consagraria como “um dos líderes intelectuais de Pernambuco”, como bem ressaltou Roberto Mota, justificando que nos “artigos semanais” ele “discutia os problemas do Brasil e do mundo” (Cavalcanti, Ribemboim e Rivas, orgs., 2008: 150).

O respeito que MCA granjeou junto à opinião pública estava alicerçado não apenas em sua autoridade acadêmica, mas em sua coragem cívica. Lucivânio Jatobá endossa plenamente essa tese. “Um artigo de Manuel Correia, denunciando a corrupção estruturadíssima, as traições de princípios por alguns políticos de esquerda e outras coisas mais do mesmo gênero, que criaram a maior crise ética da História da República, teria um efeito devastador, sobretudo nos meios intelectuais” (Cavalcanti, Ribemboim e Rivas, orgs., 2008: 117).

Para coroar essa função de divulgador popular, MCA produz um livro-síntese da sua obra acadêmica. Lançado no mesmo ano da sua morte, esse livro parece ter sido pensado como uma espécie de gratificação cognitiva, expressando o sentimento de “dever cumprido”. Trata-se do compêndio *Formação territorial e econômica do Brasil* (2007).

O autor deixa claro, no texto introdutório, que sua intenção teve dupla finalidade: formativa e informativa. O alvo principal é o “grande público”, na esperança de que o livro possa servir como “instrumental crítico” para equacionar os “problemas de cada dia” (2007: 13).

MCA diz que “o livro é um convite à reflexão sobre a realidade brasileira e, conseqüentemente, tem a pretensão de contribuir para a solução dos seus problemas” (2007: 14).

Na verdade, ele dá o bom exemplo para os outros intelectuais, insistindo no apelo feito anteriormente: “Devemos pensar no Brasil e procurar soluções brasileiras para os seus problemas”. Não esquece de fazer uma advertência concreta: “Os intelectuais e técnicos devem colocar o seu saber a serviço do povo e não de grupos dominantes que estão conduzindo o país à difícil situação em que se encontra” (Andrade, 1989: 11).

Pensador coerente

A coerência teórica é um dos traços marcantes da produção científica de MCA. Para melhor apreender sua linha de raciocínio, determinante da observação dos fenômenos que descreve e analisa sob o prisma da geografia, vamos tomar como fonte de referência seu manual de *Geografia econômica* (1973), resultado das experiências vivenciadas pelo autor como docente de cursos universitários de geografia, economia, jornalismo e ciências sociais.

O objeto da geografia compreende as “formas pelas quais o homem vem ocupando o espaço terrestre” e os modos de utilização dos “recursos disponíveis”. Assim sendo, o conhecimento geográfico explica e verifica as “implicações de ordem econômico-social que estruturam e comandam a produção do espaço e o preço pago pela sociedade”. MCA proclama com todas as letras que a geografia, como outras disciplinas científicas, não é neutra, nem alienada. Daí a adoção de uma postura ética claramente identificada com a “preservação de um patrimônio construído através dos séculos”, correndo o perigo de “dilapidação” (Andrade, 1989: 9-10).

Por isso mesmo, ele se distancia da corrente tecnocrática que converte a disciplina em mera “engenharia do espaço”, para produzir modelos e teorias com o “conhecimento da realidade”, entendendo que o espaço é o resultado da “ação do homem” que o transforma em “função de suas necessidades”, buscando o equilíbrio entre o “meio natural” e as demandas “civilizatórias” (Andrade, 1989: 17).

A racionalidade do espaço pressupõe a integração dos meios de transportes e dos meios de comunicação cultural, gerando uma “grande rede de comunicação”, otimizando tecnologia e capital “em benefício do homem e não com fins de dominação e conquista” (Andrade, 1989: 120).

Consentânea com a postura teórica que reconhece o primado da economia na sociedade, a questão da comunicação, como de resto o universo cultural, tem pouca incidência na obra de MCA, quando não se converte em elemento residual. Não obstante tenha recorrido à mídia para potencializar suas idéias, especialmente através da imprensa, a atitude do autor diante do sistema midiático mostra-se reservada, desconfiada, chegando em alguns episódios a ser negativamente estigmatizada.

A análise de conteúdo, valendo-se da metodologia descrita por Duverger (1962) e adaptando a unidade de medida testada por Morin (1974), foi realizada em uma dúzia de livros selecionados por sua identidade geográfica, permitindo observar a incidência de dois eixos temáticos: a) a comunicação como variável independente na estrutura do espaço geográfico, ou seja, como fator que pesa na economia espacial; b) a comunicação como variável dependente na política de construção do espaço geográfico.

No eixo estruturante, MCA focaliza o processo integrador dos transportes, das tecnologias e dos símbolos numa perspectiva diacrônica. No eixo dinâmico, sua análise é de natureza conjuntural, privilegiando sincronicamente as ideias que afetam os fluxos espaciais de natureza centrípeta (regionalização) e centrífuga (globalização).

O eixo estruturante aparece na conceituação do espaço geográfico e na descrição dos seus elementos configuradores.

MCA acompanha a orientação do geógrafo francês Elisée Reclus, que usa a metáfora dos vasos comunicantes para demonstrar a interdependência dos fenômenos históricos e geográficos. “A Geografia é a História do *tempo* e a História é Geografia do *espaço*” (Andrade, 1996: 8).

Mas, a dinâmica do processo se faz através do *movimento*, ou seja, da circulação desses conhecimentos, objeto das Ciências da Comunicação. Essa concepção está implícita no discurso geo-comunicacional de MCA, como demonstraremos a seguir.

Dentre os elementos constituintes do espaço geográfico o binômio “proximidade-afastamento” ocupa função crucial (Andrade, 1987: 25). Em sendo a organização do espaço feita pelo “homem”, cabe-lhe também atenuar as “dificuldades de comunicação” (Andrade, 1996: 60). Nesse sentido é que o “processo de apropriação do território e de produção do espaço pelas classes dominantes” pressupõe a elaboração de leis, que regulam os conflitos, e da disseminação de uma ideologia, que facilita o convencimento da sociedade, prevenindo a eclosão dos conflitos. “Transmitida aos dominados por todos os meios de comunicação”, essa ideologia é simplificada por “slogans como o de que o brasileiro é essencialmente cordial, de que a nossa evolução histórica se processou sem violência e de que domina no país uma democracia racial e de que há uma grande mobilidade no país” (Andrade, 1984: 9).

Esse movimento no interior do espaço geográfico é operado por uma “grande rede de comunicações”, composta por “meios de transportes” (responsáveis pela circulação de pessoas e mercadorias) e por “meios de comunicação” (transportando conteúdos afetivos, culturais ou comerciais). Trata-se de uma operação complexa e problemática, dependente do “desenvolvimento da tecnologia e acumulação do capital” (Andrade, 1989b: 120-121).

Enquanto os “meios de transportes” são privilegiados através de uma farta descrição das vias e dos instrumentos marítimos, fluviais e lacustres, territoriais ou aéreos, os “meios de comunicação” figuram brevemente, agrupados em duas categorias: a) “comunicações individuais ou de empresas” (telégrafo, telex, rádio, satélite), “fazendo com que as pessoas se comuniquem diretamente a grande distância”; b) “meios de comunicação de ordem cultural”, responsáveis pela circulação das ideias e das notícias junto ao grande público – jornais, revistas, cinema, rádio, televisão, cinema, vídeo, internet, etc.

A articulação entre os dois sistemas é feita pelas organizações que transportam mercadorias, pelas agências que locomovem os viajantes, pelas empresas que fornecem energia ou pelos serviços dos correios, portando mensagens ou encomendas de interesse individual ou institucional. MCA encerra esse capítulo, fazendo uma peroração sobre o uso desses instrumentos e augurando que “sejam utilizados em benefício do homem e não com fins de dominação e conquista”. Ele acredita que isso corresponde a “um desejo da maioria absoluta da humanidade” (Andrade, 1989b: 120-121).

★★★

O eixo dinâmico transparece nas observações feitas a propósito do papel desempenhado pelos meios de comunicação na difusão das ideias que nutrem os processos de globalização e regionalização.

O contexto em que se dá a articulação espaço-tempo-movimento constitui o pano de fundo do esforço que MCA desenvolveu para escrever seu livro póstumo. “O livro é um convite à reflexão sobre a realidade brasileira” suscitando a “necessidade de compreender e conhecer o processo evolutivo da economia para aquilatarmos os equilíbrios e desequilíbrios estruturais e conjunturais” e avaliar “como tentamos, nos dias que correm, participar do comércio internacional (...), enfrentando os problemas, as vicissitudes de uma verdadeira guerra por mercados” (Andrade, 2007: 14-15).

Bem no início dos anos 1990, do século passado, MCA denotava compreensão nítida de que o nosso futuro dependia não somente da interpretação do movimento diacrônico, sobretudo de episódios que causaram “grande impacto” como o Descobrimento e a Independência, mas da compreensão do movimento sincrônico,

responsável pelo fluxo dos “acontecimentos que vão se suceder e que são, em grande parte, de difícil previsão” (Andrade, 1994: 79).

Quando discute a “questão regional”, sua avaliação do papel desempenhado pela mídia é francamente negativa. “Do ponto de vista cultural a televisão e o rádio, controlados por empresas que atuam em escala nacional, contribuem para a divulgação de padrões nacionais (...) desvalorizando e considerando fora de moda as manifestações culturais tradicionais, regionais e locais” (Andrade, 1993: 60).

Pouco depois, ele reiterava: “Vivemos um momento de grandes mudanças no mundo, mudanças estas consequentes do desenvolvimento das comunicações e da tecnologia”. O diagnóstico que faz sobre as “desigualdades regionais e sociais” do país contém sinais capazes de alarmar os tomadores de decisões. Expressa também a sua perplexidade frente à globalização, temeroso de que venha a “contribuir para um grande retrocesso na civilização, com impactos fortes sobre o social e o ecológico” (Andrade, 1997: 17-40).

MCA receia também que, “grandes grupos econômicos”, para defender seus interesses, possam “provocar a desagregação do país”, através da “difusão de ideias separatistas”. Seu argumento é o de que “estudos recentes indicam que a ideologia separatista, no Brasil, embora apresentada com muito cuidado, é mais acentuada em certas áreas, como na região meridional, onde é forte o impacto das colonizações européia e asiática”. O autor relembra igualmente o antagonismo que pode se travar, no interior de “quistos sociais”, onde nativos aculturados podem se confrontar com adventícios desenraizados (Andrade, 1999).

Nessa mesma linha de preocupação, MCA registra a modificação que se amplia no espaço brasileiro, com as “transferências de população”, reforçando a diáspora verde-amarela que migra para os Estados Unidos, Canadá, Portugal e outros países. Isso afeta não apenas a “fisionomia territorial”, ampliando as nossas fronteiras étnicas, mas ampliando o raio de audiência da nossa televisão, que passa a atender às demandas culturais desses brasileiros desgarrados do espaço geográfico, mas integrados pelo espaço geo-comunicacional.

Todas estas observações e constatações vão desaguar no livro *Globalização e identidade nacional* (2002), onde o geógrafo pernambucano expressa o seu ponto de vista sobre os fenômenos midiáticos, não omitindo seu desconforto e responsabilizando as empresas do ramo por endossarem a “farsa” da globalização.

Antevendo perspectivas “sombrias” para o século XXI, o autor constata uma mudança substantiva no mapa *mundi*. O velho “imperialismo” que, nos séculos XIX e XX, loteava a Terra em “áreas de influência de grandes potências, de nações ricas e industrializadas”, é substituído, neste novo século, pelo domínio de uma “única e grande potência”.

Nesse contexto, a mídia joga papel decisivo, encurtando o espaço e otimizando o tempo. “A mundialização da difusão das técnicas em diversas áreas, sobretudo na

de comunicações, aproxima os vários lugares e faz com que se tome conhecimento do que acontece em um ponto da Terra, imediatamente em toda a sua superfície ou em quase toda”. No entanto, essa “facilidade e intensificação das comunicações exercem um impacto cultural de tal ordem, que não só tende a unificar grupos locais e nacionais, como a provocar impactos sobre valores sociais e sobre os costumes” (Andrade, 2002: 17-18).

Embora não afirme categoricamente, MCA admite que a mídia tem culpa no cartório ao endossar a “farsa” da globalização. Argumentando que “o século XXI começa muito mais violento e trágico do que terminou o século XX”, o autor lamenta que “em lugar de se caminhar para um período de paz e de harmonia entre as nações”, como pretendia Dom Helder Câmara, caminha-se “em direção contrária, no sentido de uma grande competitividade, de individualismo, de aprofundamento das discriminações raciais, sociais e ideológicas e no empobrecimento da população” (Andrade, 2002: 10).

Que fazer? Recuar? Avançar? Resistir? A força denotada na postura de Manuel Correia de Andrade está embutida na sua coerência intelectual. Consciente da gravidade da situação que emoldura o quadro sócio-político e econômico-cultural do Brasil, na geografia do mundo unipolar, ele convida seus interlocutores a “compartilhar” reflexões “sem compromissos com as dominações externas e internas”. E não perde a esperança de alcançar um “mundo melhor e mais justo” (Andrade, 2002: 15).

Mas, onde está o combustível que forja a têmpera de intelectuais como Manuel Correia de Andrade? Ele deu sinais dessa fonte de energia ao escrever o livro que o consagrou intelectualmente. A chave que explica a grandeza prospectiva de *A terra e o homem no Nordeste* (1963) está na sua simplicidade cognitiva, nutrida pela sabedoria popular, como assinalou Paulo Teixeira Iumatti (Cavalcanti, Ribemboim e Rivas, orgs., 2008: 133-141) “Buscando o ponto de vista *dos de baixo*”, o pesquisador realizou “imersão profunda nos universos das classes subalternas”. Vislumbrando seus “anseios de liberdade”, produziu um clássico do pensamento brasileiro no século XX.

José Marques de Melo

Professor da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)

Notas

1. O autor agradece os comentários oportunos e as anotações críticas feitos pelo Prof. Dr. Luis Sávio de Almeida (UFAL), contribuindo assim para melhorar a legibilidade do texto e sanar algumas impropriedades discursivas.
2. A nossa amizade principiou na sala de aula. No início dos anos 1960, MCA lecionava Geografia Econômica aos alunos do Curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco. Beneficiei-me dos conhecimentos por ele transmitidos e me tornei assíduo leitor dos seus livros e artigos. Sempre que tinha oportunidade, eu comentava tais escritos com o autor, sentindo que a interlocução o gratificava.

Além disso, tínhamos afinidade ideológica, vindo a integrar a equipe de governo de Miguel Arraes. Nosso último encontro, nessa fase, ocorreu nos corredores do DOPS pernambucano, onde ficamos confinados para averiguações logo depois do golpe militar de 1964. Posteriormente nos reencontramos, tanto em Recife quanto em São Paulo, compartilhando ideias geográficas com os amigos comuns, Milton Santos e Maria Adélia de Souza.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, James; BROOK, Chris e COCHRANE, Alan. *A Global World?* New York: Oxford University Press, 1995.
- _____. *Um mundo e muitas vozes*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1983.
- ANDRADE, Manuel Correia. *Formação territorial e econômica do Brasil*. Recife: Massangana, 2007.
- _____. *Globalização e identidade nacional*. Recife: Bagaço, 2002.
- _____. *As raízes do separatismo no Brasil*. São Paulo: Edunesp, 1999.
- _____. *A geografia e a questão social*. Maceió/Recife: Edufal/Edufpe, 1997.
- _____. *O Brasil e a América Latina*. São Paulo: Contexto, 1996.
- _____. *Geopolítica do Brasil*. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. *Uma Geografia para o século XXI*. Campinas: Papyrus, 1994.
- _____. *O Nordeste e a questão regional*. São Paulo: Ática, 1993.
- _____. *Geografia econômica*, 10^a. ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- _____. *Espaço, polarização & desenvolvimento*, 5^a. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- _____. *Poder político e produção do espaço*. Recife: Massangana, 1984.
- _____. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- AZEVEDO, Fernando de. *Um trem corre para o oeste*. São Paulo: Melhoramentos, 1950.
- BACELAR, Saravasti e IUMATI, Paulo. *A cidade de São Paulo em Caio Prado Jr.* São Paulo: IEB-USP, 2007.
- BARBOSA, Marialva. *Vanguarda do pensamento comunicacional brasileiro*. São Paulo: INTERCOM, 2007.
- BOLAÑO, Cesar. *Globalização e regionalização das comunicações*. São Paulo: EDUC, 1999.
- CAREY, James. Innis, Harold. *International Encyclopedia of Communication*, v. 2. New York: Oxford, 1989. p. 320/321
- CARLSON, Ingvar e RAMPHAL, Skridath (eds.). *Our Global Neighborhood*. New York: Oxford University Press, 1995.
- CASTELS, Manuel. *A galáxia da internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CAVALCANTI, Clovis; RIBEMBOIM, Jacques e RIVAS, Leda (orgs.). *Manuel Correia de Andrade, um homem chamado Nordeste*. Recife: Bagaço, 2007.
- CRUZ, Daisy da Silva. *Memórias de um geógrafo*. São Paulo: UFRN, 2007.
- DOWNING, John. *Internationalizing Media Theory*. London: Sage, 1996.
- DUVERGER, Maurice. *Métodos de las ciencias sociales*. Barcelona: Ariel, 1962.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- FADUL, Anamaria. *Novas tecnologias da comunicação*. São Paulo: Summus, 1986.
- _____. *Mídia e região na era digital*. São Paulo: A&C, 2007.

- FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940a.
- _____. *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940b.
- _____. *Ingleses*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.
- _____. *Ingleses no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.
- _____. *Integração portuguesa nos trópicos*. Vila Nova de Famalicão: Junta de Investigações do Ultramar, 1958.
- _____. *Nós e a Europa Germânica*. Rio de Janeiro: Grifo, 1971.
- _____. *O brasileiro entre os outros hispanos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- GERBNER, Georges. Foreword. *International Encyclopedia of Communication*, v. 2. New York: Oxford, 1989. p. XXI.
- INNIS, Harold. *Empire and Communication*, 1a. ed. Londres: Oxford University Press, 1950; 2a. ed., Toronto: University of Toronto Press (consultada); 4a. ed., Maryland, Rowman & Littlefield, 2007.
- KUNSCH, Margarida e MAJELA, Geraldo. *Comunicação rural*. Viçosa: UFV, 1986.
- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. *Comunicação, hegemonia e contra-informação*. São Paulo: Summus, 1981.
- MARQUES DE MELO, José. *Estudos de jornalismo comparado*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- _____. *Comunicação e classes subalternas*. São Paulo: Cortez, 1980.
- _____. *Identidades culturais latino-americanas em tempo de comunicação global*. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 1996.
- _____. *Regionalização midiática*. Taubaté: UNITAU, 2006.
- _____. *Os bandeirantes da Idade Mídia*. São Paulo: Angellarra 2007.
- MATTELART, Armand. *Comunicação Mundo*. Petrópolis: Vozes 1994.
- McBRIDE, Sean. *Um mundo e muitas vozes*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1983.
- McLUHAN, Eric e POWERS, Bruce. *The Global Village*. New York: Oxford, 1989.
- MORIN, Violette. *El tratamiento periodístico de la información*. Barcelona: ATE, 1974.
- McQUAIL, Dennis. *Teoria da comunicação de massa*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2003.
- MOREIRA, Sonia Virginia. Diálogo internacional: novos focos, antigos parceiros. In: PINHO, J. B. (org.) *Comunicação brasileira no século XXI*. São Paulo: INTERCOM, 2007. p. 169-178.
- NOSTY, Bernardo. *El déficit mediático*. Barcelona: Bosch, 2005.
- PASQUALI, Antonio. *El Orden Reina*. Caracas: Monte Ávila, 1991.
- PRADO JR., Caio. *A cidade de São Paulo – Geografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- RAWNSLEY, Gary. Harold Innis, *The Journal of International Communication*, 15:2: 133-135, Sydney, Macquarie University, 2009.
- SAMANIEGO, Ramiro. *Meios de comunicação e migração em Brasília*. Brasília: UnB, 1967.
- SCARLATO, Francisco; SANTOS, Milton e SOUZA, Maria Adélia. *Globalização e espaço latino-americano*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, 4ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- TEIXEIRA, Anisio. Apresentação da edição brasileira. In: McLuhan, Marsahll – *A galáxia de Gutenberg*. São Paulo: Nacional, 1972. p. 11-13
- VAINSENER, Samira Adler. Manoel Correia de Andrade, *Portal da Fundação Joaquim Nabuco*, www.fundaj.gov.br, 2004 / acesso em 05/01/2010

Resumo

O conhecimento oriundo da Geografia da Comunicação vem se tornando fator crucial para a tomada de decisão dos estrategistas da mídia na sociedade globalizada. Além de reconstituir o itinerário dessa interdisciplina, em âmbito mundial e nacional, o artigo focaliza a contribuição crítica do geógrafo Manuel Correia de Andrade para entender a dinâmica das relações entre espaço, tempo e movimento na sociedade brasileira.

Palavras-chave

Ciências da Comunicação; Geopolítica; Globalização; Mídia; Brasil.

Abstract

Interdisciplinary research on the interfaces of space, time and movement is a tool for planning media strategies in the globalization arena. In order to understand this phenomenon in the Brazilian society, this paper focuses Manuel Correia de Andrade critical thought on Communication Geography.

Keywords

Communication research; Geopolitics; Globalization; Mass media; Brazil.